

A feira e o viaduto: espaços de consumo após a reconfiguração da principal via de acesso a Madureira, Rio de Janeiro (RJ), Brasil

The fair and the viaduct: spaces for consumption from there configuration of the main access road to Madureira, Rio de Janeiro (RJ), Brazil

Jorgiana Melo de Aguiar Brennand^{I,II} 

RESUMO

O presente trabalho faz uma análise dos usos do Viaduto Negrão de Lima, localizado em Madureira, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro (RJ). Planejado para auxiliar o escoamento do trânsito do bairro, o viaduto assume outros significados pelas interferências baseadas na improvisação. A parte inferior do Negrão de Lima, pensada apenas para permitir a circulação de pessoas por Madureira, cede espaço também para estacionamento, camelôs e, dependendo do trecho, assume a feição original idealizada pelos planejadores. Este trabalho combina pesquisa bibliográfica e etnografia por meio de observação participante realizada na Feira das Brecholeiras, evento de brechós realizado semanalmente embaixo do referido viaduto que, ao reconfigurar o espaço da rua, reforça o imaginário de que eventos ao ar livre transformam o lugar, estimulam sociabilidades e convertem o local em diferentes espaços de consumo onde comércio, vínculos sociais e afeto são conceitos complementares. O objetivo central do artigo é mostrar que tais ocupações metamorfoseiam o Negrão de Lima em um lugar dotado de simbolismo e, portanto, em um espaço de consumo fundamental para as relações sociais entre aqueles que interagem com o viaduto de alguma forma. Afinal, falar de consumo é entendê-lo como um dos principais mediadores das relações sociais, nas quais a sociabilidade é elemento de destaque. Os vários usos do Negrão de Lima geram diversas identificações e acabam lembrados como eventos cheios de significado, como é o caso da Feira das Brecholeiras.

Palavras-chave: Subúrbio. Madureira. Consumo. Viaduto Negrão de Lima. Feira das Brecholeiras.

ABSTRACT

The present work analyzed the uses of the Negrão de Lima viaduct, located in Madureira, in the North Zone of the city of Rio de Janeiro. Designed to help the flow of traffic in the neighborhood, the viaduct takes on other meanings based on interference based on improvisation. The lower part of "Negrão de Lima", designed only to allow the movement of people through Madureira, also gives space for parking, street vendors and, depending on the stretch, assumes the original appearance idealized by the planners. This paper combines bibliographic research and ethnography, through participant observation carried out at the Brecholeiras' Market, a thrift store event, held weekly under the afore mentioned viaduct, which, by reconfiguring the street space, reinforces the imaginary that outdoor events transform the place, they stimulate sociability and convert it into different consumption spaces, where commerce, social bonds and affection are complementary concepts. The main objective of the article was to show that such occupations metamorphose "Negrão de Lima" into a place endowed with symbolism and, therefore, into a space of consumption, which becomes fundamental for social relations between those who interact with the viaduct of some form. After all, talking about consumption is understanding it as one of the main mediators of social relations, in which sociability is a prominent element. The various uses of "Negrão de Lima" generate different identifications and end up being remembered as events full of meanings, such as the Brecholeiras' Market.

Keywords: Suburb. Madureira. Consumption. Negrão de Lima Viaduct. Brecholeiras Fair.

^IUniversidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ), Brasil. E-mail: jorgianabrennand@uol.com.br

^{II}Ibmec – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

Recebido em: 05/12/2021. Aceito em: 01/06/2022

INTRODUÇÃO

A cidade do Rio de Janeiro (RJ) não é uma única cidade. São várias urbes que se complementam num atravessamento de afetos e trocas. O Rio é belo, sonhado, incompleto, caótico. O Rio é subúrbio, Barra da Tijuca, Copacabana, zona norte e tantos outros lugares. É também feijoadada da Tia Surica na quadra da Portela, em Madureira; é Matte Leão com biscoitos Globo na praia; é trem lotado saindo da Central do Brasil; é metrô com carioca reclamando do ar-condicionado; é a roda de samba na Pedra do Sal... São muitos Rios que se misturam em narrativas enaltecidas dos imaginários associados essencialmente aos bairros da zona sul. Os outros Rios em geral são silenciados pelos noticiários, exceto quando alimentam a percepção de que o Rio fora da zona sul e da Barra é sinônimo de violência.

O Rio é como todas as outras cidades: reais, antagônicas, cheias de contradições. Elas também podem ser idealizadas e desejadas por seus moradores. Para Le Goff (1998), deve haver equilíbrio entre as cidades reais e as desejadas, sobretudo se as discussões estiverem centralizadas no orgulho de se viver em uma cidade. Para o autor, o tal orgulho urbano é resultado “da imbricação entre a cidade real e a cidade imaginada, sonhada por seus habitantes e por aqueles que a trazem à luz, detentores de poder e artistas” (LE GOFF, 1998, p. 119). Dessa forma, para ele, a cidade combina com sociabilidade o prazer de estar com o outro, embora reconheça que hoje ela também tenha se tornado sinônimo de individualismo e anonimato. As metrópoles favorecem esse tipo de atitude.

Para Georg Simmel (1979), em “A metrópole e a vida mental”, escrito em 1903, o excesso de estímulos (buzinas, pessoas espremidas nas calçadas, letreiros de lojas, moradores de rua) provoca ansiedade. Para se proteger dessa sobrecarga e opressão de informações, o urbanita cria “escudos” ou máscaras sociais. Opta por manter a distância e prefere ser *blasé*. Ou seja, o indivíduo vê, mas não se envolve com esses estímulos nem se mostra vulnerável a eles (SIMMEL, 1979).

Mas o que significa uma cidade? Ela seria apenas um emaranhado de ruas ou sinônimo de espaço opressor, construído, artificial e que distancia seus urbanitas? Seria um lugar repleto de simbologias e rituais ou apenas construções opressoras que fortalecem o distanciamento entre as pessoas que por ali circulam?

Durante anos, de acordo com Sennett (2018, p. 11), persistiu a ideia de que cidade significava duas coisas: “Um lugar físico e uma mentalidade formada de percepções, comportamentos e crenças. A língua francesa foi a primeira a clarificar essa distinção, usando duas palavras diferentes: *ville* e *cité*”. De acordo com o autor, *ville* referir-se-ia à cidade como um todo, ao passo que *cité* era determinado lugar:

Em algum momento do século XVI, *cité* passou a significar o modo de vida num bairro, os sentimentos de cada um em relação aos vizinhos e aos estranhos, e sua vinculação com o lugar. Essa antiga distinção já não existe hoje, pelo menos na França; *cité* atualmente quase sempre remete às áreas sinistras onde se amontoam os pobres nas periferias das cidades (SENNETT, 2018, p. 11).

De acordo com o autor, essa diferenciação justifica-se e deve ser resgatada, pois há uma distinção fundamental entre o ambiente construído e aquele habitado e utilizado pelas pessoas. Num mundo ideal, *city* e *village* deveriam combinar a maneira como se quer viver e a forma como as cidades são construídas. Na prática não é bem assim, já que a experiência numa cidade raramente é harmoniosa, revelando-se com frequência cheia de contradições, complexidades e ambiguidades. Para Sennett (2018, p. 13), esses contrastes aparecem, pois “a cidade é torta porque é diversa, cheia de migrantes falando dezenas de línguas; porque suas desigualdades são gritantes, senhoras elegantes tomando chá a poucos quarteirões de exaustas faxineiras dos meios de transporte”. Para ele, a complexidade enriquece a experiência nas cidades.

Na perspectiva do autor, às vezes há incongruência entre os valores do construtor e os do público. Para a escritora norte-americana Jane Jacobs (2007), há um foco excessivo nas construções em detrimento de quem as habitará — preocupação que prevalece ainda hoje em muitas cidades. A autora condena a sobreposição da *village* sobre a *city*. Para ela, as cidades são um imenso laboratório

de tentativa e erro, fracasso e sucesso, em termos de desenho urbano. É nesse laboratório que o planejamento urbano deveria aprender, elaborar e testar suas teorias. Ao contrário, os especialistas e os professores [...] têm ignorado o estudo do sucesso e do fracasso na vida real, não têm tido curiosidade a respeito das razões do sucesso inesperado e pautam-se por princípios derivados do comportamento e da aparência de cidades, subúrbios [...] e cidades imaginárias perfeitas — qualquer coisa que não as cidades reais (JACOBS, 2007, p. 5).

A cidade construída oculta e oprime o comum e o cotidiano de quem a habita. Para Jacobs (2007), muitos planejadores e arquitetos não desprezam conscientemente a importância de se conhecer como uma cidade funciona. A autora reconhece o esforço deles de entender esse funcionamento e o que seria adequado para os negócios e as pessoas que ali residem. O problema é quando deparam com uma realidade contraditória e bem diferente do que havia sido imaginada (JACOBS, 2007).

Tal realidade pode ser observada no Viaduto Negrão de Lima, *corpus* do presente artigo. Planejado para auxiliar o escoamento do trânsito do bairro, o viaduto assume outros significados com as interferências na parte inferior. Quando idealizado, por volta de 1948¹, o Negrão de Lima foi pensado apenas para permitir a circulação de veículos e de pessoas por Madureira. Os planejadores não imaginavam que a parte inferior do viaduto cederia espaço também para estacionamento, Baile Charme, Feira das Brecholeiras e barraquinhas de camelôs.

Aliando pesquisa bibliográfica e observação participante realizada na Feira das Brecholeiras, evento semanal de brechós, pretende-se mostrar que tais ocupações metamorfoseiam o Negrão de Lima em um lugar dotado de simbolismo e, portanto, em um espaço de consumo, indispensável às relações sociais entre aqueles que interagem com o viaduto.

¹ Informações retiradas do *blog* Paulosilvahistory, disponível em: <https://paulosilvahistory.blogspot.com/2021/>. Acesso em: 2 dez. 2021.

REVISÃO DE LITERATURA

O ponto de partida deste artigo foi o levantamento bibliográfico com a finalidade de identificar informações e documentos pertinentes ao tema estudado, por meio de consultas a pesquisas focadas nos temas centrais deste trabalho: subúrbio, Madureira, consumo, Viaduto Negrão de Lima e Feira das Brecholeiras. Foram consultados artigos disponíveis em anais de congressos e revistas nas áreas de comunicação e arquitetura, além de reportagens, livros e teses sobre tais temas, publicados entre 1965 e 2020.

No tocante a subúrbio, as discussões estão ancoradas nos autores Soares (1965), El-Kareh (2010), Lins (2010), Maciel (2010), Goia (2011), Souza (2011), Fernandes (2015), Fernandez e Santos (2015), Cardoso (2016) e Guimarães e Davies (2018). O ponto de partida são os conceitos e as características do subúrbio, que reúne bairros que margeiam as linhas férreas da Central do Brasil e da Leopoldina (SOUZA, 2011) e que se localizam nas zonas norte e oeste da cidade.

Ainda sobre subúrbio, destacamos Goia (2011), que faz uma ressalva sobre a zona norte, que engloba dois perfis de bairros: os que se localizam na região da Grande Tijuca², associados aos padrões de classe média, e os demais, às classes populares. Hierarquicamente, o primeiro grupo, de acordo com a autora, ocupa uma posição melhor, como é o caso da Tijuca, no topo dos bairros que guardam um passado de prestígio.

Neste trabalho, Madureira é pensada como um bairro polissêmico, famoso pelas manifestações culturais e ocupações criativas do espaço público da rua, a exemplo do que ocorre na parte inferior do Viaduto Negrão de Lima, *corpus* do presente artigo. Por conta dessa polissemia, são usados como referência os autores que se dedicam aos estudos das cidades e de seus cotidianos, como Certeau (1994), Certeau, Giard e Mayol (2000), Maffesoli (2000) e Maia e Chao (2016).

No tocante a consumo, ancoramos os debates em torno da perspectiva antropológica do consumo, que o percebe como elemento fundamental para as relações sociais. No caso deste artigo, o foco são as relações que se estabelecem entre os que interagem com o viaduto de alguma forma, como é o caso dos que circulam pela Feira das Brecholeiras. Para fundamentar o consumo, utilizamos como referência Rocha (2005), Bauman (2008) e Canclini (2008).

Acerca de viaduto, o foco consiste na discussão entre espaço, lugar e território. Por isso, utilizamos vários autores oriundos da geografia cultural, como Augé (2012) e Haesbaert (2014), além de Souza (2015).

Sobre as ocupações do viaduto, com destaque à Feira das Brecholeiras, as observações foram feitas nas visitas à feira e nos diários de campo redigidos nas idas ao evento.

MÉTODO

No presente artigo, optamos pela etnografia, por meio da observação participante realizada em 11 visitas à Feira das Brecholeiras, entre 2018 e 2021. Recorreremos

2 A região da Grande Tijuca engloba os seguintes bairros: Alto da Boa Vista, Tijuca, Andaraí, Grajaú, Vila Isabel, Maracanã e Praça da Bandeira (GOIA, 2011).

a esse tipo de metodologia por ser um tipo de pesquisa qualitativa que permite, segundo Caiafa (2007), lidar com dados diversos que mobilizam diferentes sentidos, levando em “conta toda profusão das impressões e informações que espocam nos encontros de campo” (CAIAFA, 2007, p. 139).

Selecionamos esse método de abordagem da realidade ainda a ser conhecida, pois ele nos permite misturar, conforme Cavalcanti (2003), humildade e empatia, produzindo um “deixar-se levar” pelo “encontro com uma determinada situação ou assunto, seja ele qual for” (CAVALCANTI, 2003, p. 118). Afinal, a etnografia, como nos lembra Magnani (2009), é uma forma especial de

operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para atestar a lógica de sua visão de mundo, mas para, seguindo-os até onde seja possível, numa verdadeira relação de troca, comparar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente (MAGNANI, 2009, p. 135).

Escolhemos ainda a etnografia, pelo viés da observação participante, como metodologia por permitir contato e vivência maiores com o campo, pois há aspectos de uma sociedade “que não aparecem à superfície e que exigem um esforço maior, mais detalhado e aprofundado de observação e empatia” (VELHO, 2013, p. 69), embora seja difícil delimitar o tempo necessário para “se colocar no lugar do outro”, para captar vivências e experiências particulares.

Neste trabalho, partimos da premissa de que uma pesquisa também é constituída de pausas, interrupções e restrições ao dizer. O acesso às subjetividades dos membros do grupo investigado ocorre pela maneira como o pesquisador se relaciona com tal grupo. Daí a importância de entender como os nativos percebem o pesquisador para que

não caia no conto do “nativo” que diz aquilo que ele acha que o pesquisador branco, culto ou erudito deseja ouvir (no caso do “nativo” diferente e humilde) ou, nestes tempos de revolta, aquilo que ele acha que o pesquisador branco, rico e dominador precisa ou deve ouvir (no caso do “nativo” ressentido ou revoltado) (ZALUAR, 2004, p. 119).

Outro aspecto a se considerar na metodologia utilizada diz respeito ao uso dos diários de campo. A maioria das idas a campo resultou em diários, que se revelaram muito úteis no sentido de não se perder nenhuma informação do campo nem dos interlocutores. Para Winkin (1986, p. 138), o uso do diário justifica-se, pois: “Como administrar observações, leituras, reflexões e frustrações?”. Segundo o autor, todo pesquisador deve se comprometer a ter um diário de campo, sem esquecer, no entanto, que a observação deve começar pelo trabalho a olho nu, passando pelas anotações feitas mais ou menos às pressas em campo e pelas longas reescrituras no diário.

O SUBÚRBIO E SEUS ENCANTOS

Toda urbe, reforçando Canevacci (2004), Jacobs (2007) e Sennett (2018), deve ser percebida como uma sobreposição de melodias e harmonias, sons e ruídos, regras

e improvisações, além de uma multiplicidade de vozes e olhares. “Uma cidade que se comunica com vozes diversas e todas copresentes: uma cidade narrada por um coro polifônico, no qual vários itinerários musicais ou materiais sonoros se cruzam, se encontram e se fundem” (CANEVACCI, 2004, p. 15).

O Rio de Janeiro é assim. É a cidade dos múltiplos sotaques e dos trens carregados de afetos, trocas e sociabilidades a caminho de Cascadura, Méier, Madureira, Marechal Hermes e tantos outros bairros suburbanos, bem distantes das imagens endeusadas da Cidade Maravilhosa, mas não menos interessantes, apesar de “recorrentemente serem indexados à pobreza, à subalternidade e às classes populares” (GUIMARÃES; DAVIES, 2018, p. 457).

A Tijuca, apesar de ser um bairro da zona norte, não é considerada subúrbio, por não ser servido pela linha do trem. “Já os bairros de São Francisco Xavier e São Cristóvão, vizinhos ao primeiro, são identificados como subúrbios” (LINS, 2010, p. 19), pelo fato de margearem a linha férrea.

Ir ao subúrbio de trem é deparar com um cenário muito diferente das narrativas do senso comum, que remetiam essencialmente aos anos 1980 e 90, quando o surfe ferroviário fazia sucesso entre os jovens que se arriscavam desviando de cabos elétricos e de viadutos ao viajarem no teto dos trens barulhentos, alvo de roubos, superlotados todos os dias da semana, calorentos e que andavam com as portas abertas. Os relatos exagerados revelaram-se carregados de estereótipos que, de acordo com Amossy e Pierrot (2010), categorizam e generalizam, simplificando e resumindo a coisa real, provocando uma visão esquemática e distorcida do outro. As autoras enfatizam, no entanto, que essas generalizações, em alguns casos, são necessárias:

O estereótipo esquematiza e categoriza, mas esses procedimentos são indispensáveis para a cognição, mesmo quando levam à simplificação e à generalização às vezes excessivas. Precisamos relacionar o que vemos com os modelos preexistentes para entender o mundo, fazer previsões e regular nossos comportamentos³ (AMOSSY; PIERROT, 2010, p. 32-33, tradução nossa).

Falar de subúrbio é ir além da referência geográfica (SOARES, 1965; EL-KAREH, 2010; MACIEL, 2010; GOIA, 2011; FERNANDES, 2015). É entendê-lo também como categoria social, sinônimo de pobreza, mau gosto, cafonice (SOUZA, 2011, p. 91), breguice e tantos outros estereótipos que infelizmente já foram absorvidos pelo imaginário do senso comum.

A palavra subúrbio, *suburb* no inglês, e sua correspondente francesa, *banlieue*, trazem consigo um sentido pejorativo (EL-KAREH, 2010):

Em português, o sufixo implica a subalternidade que as aglomerações que compõem o entorno da cidade estabelecem com ela. Em francês, *banlieue*

3 Tradução livre de: “El estereotipo esquematiza y categoriza, pero esos procedimientos son indispensables para la cognición, aun cuando conduzcan a una simplificación y una generalización a veces excesivas. Necesitamos relacionar aquello que vemos a modelos preexistentes para poder comprender el mundo, realizar previsiones y regular nuestras conductas” (AMOSSY; PIERROT, 2010, p. 32-33).

designava o território situado num raio de légua (*lieue*) em torno da cidade e que estava submetido a sua jurisdição (*ban*). Mas o *ban* era também uma condenação ao exílio, à expatriação, daí o verbo banir (EL-KAREH, 2010, p. 19).

Nesse sentido, Soares (1965) chama a atenção para o problema do conteúdo administrativo, já que tradicionalmente *suburb* e *banlieue* indicam áreas fora dos limites administrativos das cidades. No Rio de Janeiro, prossegue a autora, a palavra *subúrbio* “só tem sido aplicada para denominar certas áreas com características peculiares, sujeitas, porém, à mesma administração da cidade” (SOARES, 1965, p. 344).

Por achar o escopo muito abrangente, Fernandes (2015), assim como Soares (1965), propôs uma definição carioca para o termo, em razão da discrepância entre o significado histórico e geográfico da palavra e aquele praticado na cidade e as especificidades da categoria entre os moradores. Soares (1965) enfatiza ainda que esse novo conceito deve respeitar o linguajar popular do carioca, que associa tal região ao trajeto da linha férrea: “Onde não há trem não se chama subúrbio” (SOARES, 1965, p. 345).

Fernandes (2015) reforça a percepção de Soares (1965) ao afirmar que o subúrbio é um espaço que não está condicionado apenas a limites jurídico-territoriais estabelecidos cartograficamente pela municipalidade:

Isto projeta, antes de tudo, o caráter essencialmente simbólico do conceito, mostrando que ele vem de uma fonte imprecisa, não se baseando nem no tradicional nem no legal, mas na difusa consciência social, o que torna muito problemática a sua delimitação cartográfica. Fruto de intersubjetividades, as fronteiras do subúrbio se apresentam muito variáveis (FERNANDES, 2015, p. 40).

Subúrbio, de acordo com Fernandes (2015), leva em conta alguns aspectos, tais como: a referência quase exclusiva para bairros ferroviários e populares da cidade e a não utilização do termo para designar setores da periferia ocupados e identificados como moradias das classes altas. A Barra da Tijuca é considerada um subúrbio por sua situação geográfica e identificada como zona oeste por não ser servida pela linha ferroviária (LINS, 2010).

Foi somente no século XX que o subúrbio assumiu conotação negativa. Isso ocorreu porque, no começo dos anos 1900, se visava à transformação da cidade do Rio em porta de entrada para a civilização e o progresso (ABREU, 2000). Para dar visibilidade ao projeto, coordenado pelo então prefeito Francisco Pereira Passos, empregava-se o discurso das reformas urbanas, que, para serem concluídas, exigiam a expulsão sobretudo dos mulatos, considerados indolentes e preguiçosos. Sem falar em suas origens, tidas como

o resultado de uma mistura infeliz: o branco, portugueses que permaneceram no litoral acomodados à vidinha colonial sem grandes anseios de progresso e civilização, e o negro, antigos escravos, povo considerado de grande valia para o trabalho escravo, mas sem grandes propensões intelectuais (ABREU, 2000, p. 181).

Foi o que ocorreu com os mulatos. Eles acabaram expulsos para o subúrbio, áreas em torno dos caminhos das estradas de ferro, englobando, segundo Cardoso (2016), dezenas de bairros onde se localizam as moradias da maior parte das camadas de baixa renda.

A reforma urbana de Pereira Passos na Prefeitura do Rio (1902-1906), apelidada de “Bota Abaixo”, demoliu residências, desabrigando milhares de pessoas (residentes em cortiços em sua maioria) na região central, para abrir avenidas e fazer obras sanitárias. Como pretendiam morar perto do trabalho, esses moradores migraram para os morros, porque apenas a parte plana do Centro era valorizada pela especulação imobiliária, contribuindo, assim, para o *boom* inicial das favelas do Rio. Aqueles que não queriam ocupar os morros, assim como os mulatos, acabaram expulsos para o subúrbio, área associada, segundo Fernandes (2015), à pouca qualidade, à falta de cultura ou de sofisticação.

No início do século XX, impulsionadas pela reforma de Pereira Passos, quando houve o deslocamento para os subúrbios, eram comuns representações negativas sobre essas áreas na imprensa. Enquanto a zona sul era reconhecida pela riqueza, beleza, saúde, sensualidade e modernidade, o subúrbio era percebido por características do extremo oposto (CARDOSO, 2016).

De acordo com Maciel (2010), esses antagonismos não foram construídos com base em oposições geográficas ou espaciais, mas sobre os preconceitos de classe, que orientam ações, propostas e práticas sociais na cidade. Apesar de profundamente enraizados na sociedade carioca, segundo a autora, poucas vezes esses antagonismos permitiram

refletir sobre quem é considerado cidadão no Rio de Janeiro (quem pode escolher e decidir sobre os rumos da cidade) e quem não tem direito a opinar sobre ela, divergir ou reivindicar outra coisa para seu bairro. Preferimos escamotear as diferenças e desigualdades sob expressões mais suaves como a noção de que vivemos em uma “cidade cindida”, aparentemente dividida apenas pela geografia da cidade que opõe moradores do lado de cá e de lá dos morros, mesmo depois das ferrovias e túneis (MACIEL, 2010, p. 189).

O subúrbio, apesar do desprestígio social e econômico, é uma região polifônica, pulsante e dotada de beleza e criatividade ímpares, principalmente em suas efervescências culturais e manifestações artísticas, como as registradas em Madureira, bairro que sintetiza a essência do subúrbio, cujas representações são positivas quando se trata de valores, comportamentos e habilidades supostamente inexistentes em outros bairros.

MADUREIRA PULSANTE

Na estação de trem de Madureira, é possível perceber que a maioria dos estereótipos associados aos subúrbios (lugar feio, pobre, à margem das cidades) não se enquadra ao bairro, que sempre exerceu influência sobre os outros bairros dessa região, e não apenas por causa do samba.

Outro fator está relacionado à projeção econômica e social, com destaque para o Mercado de Madureira, criado em 1914, um dos principais responsáveis pelo crescimento econômico do bairro e que ainda hoje se apresenta como uma referência do comércio local (FERNANDEZ; SANTOS, 2015). Em meados do século XX, o bairro era percebido como símbolo do progresso e do desenvolvimento do subúrbio como um todo. O sucesso de Madureira entre os bairros dessa região determinava certa hierarquia ou atribuição de *status*, como o título de “capital dos subúrbios” (FERNANDEZ; SANTOS, 2015). Percebia-se que essa visão sobre Madureira fazia parte de um projeto mais amplo de dignificação dos subúrbios e reversão de sua identidade estigmatizada.

Segundo Maia e Chao (2016), o bairro de Madureira, apesar dos problemas de mobilidade e violência urbana, comuns à cidade do Rio, evidencia suas representações como território de consumo, cultura, artes, esportes, música e gastronomia, que permeiam o imaginário e as práticas do cotidiano e ressignificam

as representações e sociabilidades através de práticas e modos de fazer no espaço urbano. Práticas que colocam em questão as culturas popular e comunitária a partir das “artes de fazer”, do consumo combinatório de bens, ritos, gestos, comidas, vestuário e crenças (MAIA; CHAO, 2016, p. 12).

Madureira é tudo isso. Considerada o coração simbólico da zona norte carioca, é famosa pelo samba, pela feijoada da Tia Surica, pela Portela, pela Império Serrano... Respira-se samba, é verdade. Mas não é apenas de música que o bairro vive.

Sobre a noção de bairro, apropriamo-nos das contribuições de Certeau, Giard e Mayol (2000), que não referenciavam Madureira. De acordo com os autores, todo bairro é “uma porção do espaço público em geral (anônimo, de todo mundo) em que se insinua pouco a pouco um espaço privado particularizado pelo fato do uso quase cotidiano desse espaço” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2000, p. 40). São, ao mesmo tempo, passagem e moradia. Lugar e não lugar. Espaço, território e lugar. Tal ambiguidade é interessante. Consiste em um pedaço de cidade entrecortado por um limite que separa o espaço público do espaço privado, reconfigurando-se. Por isso, caminhar pelas ruas de Madureira é uma experiência interessante. A cada passo, com base na descrição dos autores sobre os bairros das cidades, é possível criar para “si algum lugar de aconchego ou itinerários para o seu uso ou seu prazer” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2000, p. 42).

Madureira é atravessada por afetos e também cenário de sociabilidades, no qual o que faz de fato a diferença, nas diversas visitas feitas ao bairro, é o estar com o outro, para o outro. Nesse sentido, observamos um exemplo em que se evidencia a ideia de estar junto pelo estar junto, apenas pelo prazer da companhia do outro, conforme sugere Maffesoli (2000) na obra *O tempo das tribos*.

Hoje, o bairro é um dos lugares mais movimentados da cidade. Durante a semana, o trânsito é pesado, o movimento de ônibus e vans é intenso, as ruas lotam, o Mercado de Madureira ferve, e os camelôs dominam as calçadas, vendendo praticamente de tudo, de naftalina a antenas de TV para aparelhos que há anos não são comercializados.

Outra característica de Madureira consiste na criatividade no que se refere à modificação do espaço urbano. Tal criatividade, com base nas ideias de Certeau (1994) a respeito de táticas e estratégias sobre o uso do espaço urbano, aparece na apropriação de objetos/espaços criados por um sistema de ordem, mediante a utilização de táticas sutis, quase invisíveis e fundamentadas na improvisação (CERTEAU, 1994).

Madureira é, portanto, um bairro pulsante e exemplifica o conceito de cidade concreta, visual, tátil, consumida e usada no dia a dia (PESAVENTO, 2007). Impõe-se como parte de uma cidade verdadeira e real. Em Madureira, há sobreposição de melodias e harmonias, sons e ruídos, regras e improvisações. Nessa perspectiva, o bairro exemplifica o conceito de cidades polifônicas, proposto por Canevacci (2004), em que é indispensável essa mistura de vozes.

O VIADUTO NEGRÃO DE LIMA: DE ESPAÇO A LUGAR

Nas diversas idas a Madureira, foi possível observar as metamorfoses da parte inferior do Viaduto Negrão de Lima, principal via de acesso a Madureira. Conforme o dia da semana, a área transforma-se em um espaço de consumo com diferentes feições. Nesse sentido, faz-se necessária uma abordagem sobre as distinções entre espaço, lugar e território, que ajudarão a entender a importância das ocupações do viaduto, com destaque para a Feira das Brecholeiras.

De acordo com Haesbaert (2014), espaço é ação, movimento e representação simbólica. Já lugar envolve questões simbólicas e culturais que se manifestam em torno da construção identitária. Lugar vai, portanto, além do simples local ou localização. Diz respeito ao espaço de realização das relações sociais e dos vínculos mais subjetivos. É a forma de entendimento do mundo, o espaço vivido.

Outro conceito associado a espaço e lugar é o de território. Souza (2015) reconhece que há confusões em torno desse conceito desde a primeira metade dos anos 1990. Para o autor, é comum ler ou ouvir afirmações que demonstram que, em vez de ser tratado como um conceito fundamental entre vários, o território é encarado de modo abusivamente preferencial, como se ele fosse mais importante ou rico que conceitos como lugar. De acordo com Souza (2015), o que define território é o poder. Nesse sentido, segundo ele, a dimensão política é a que define o perfil de território. O exercício do poder trouxe o desejo de defender e conquistar territórios, impactando no acesso a recursos e riquezas para a conquista de posições estratégicas e a manutenção de modos de vida e do controle sobre símbolos materiais de uma identidade, situação que reforça a percepção de um território como um espaço definido e delimitado por intermédio de relações de poder⁴.

O autor mostra que uma região ou um bairro pode ser um lugar ou um território. Tudo depende da perspectiva. Essas áreas tornam-se lugares se vividas e percebidas pelo compartilhamento de identidades e intersubjetividades. Ele complementa:

4 Na perspectiva de Sennett (2018), o território de poder seria a *ville* (a parte construída, imposta pelos planejadores e urbanistas), e o território de apropriação, a *cité* (maneira como tais espaços são usados e vividos. É algo mais simbólico e subjetivo, que independe da vontade política).

Uma região e bairro também podem ser nitidamente ou intensamente territórios, em função de regionalismos e bairrismos, ou mesmo porque foram “reconhecidos” pelo aparelho de Estado como unidades espaciais formais a serviço de sua administração ou de seu planejamento (SOUZA, 2015, p. 57).

De acordo com Haesbaert (2014), o território não se limita à sua capacidade normativa, no sentido do que o território deve ser na ótica dos interesses políticos e econômicos. Conforme o autor, o território também diz respeito à cultura, às histórias, aos sonhos e às ancestralidades daqueles que o ocupam. Para ele, território também pode ser percebido como lugar praticado e espaço vivido:

Enquanto “espaço-tempo vivido”, o território é sempre múltiplo, “diverso e complexo”, ao contrário do território “unifuncional” proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica, especialmente através da figura do Estado territorial moderno. Este, por princípio, é defensor de uma lógica territorial padrão que, ao contrário de outras formas de ordenação territorial (como a do espaço feudal, que o antecedeu na Europa), não admite multiplicidade/sobreposição de jurisdições e/ou territorialidades (HAESBAERT, 2014, p. 58).

O Viaduto Negrão de Lima também assume essa dualidade. Quando criado, assumia as feições de território. Foi construído para escoar o trânsito e servir de passagem para pedestres, assumindo apenas a função imposta pelos seus planejadores e urbanistas. Mas torna-se também lugar, dependendo da ocupação que se faz daquele espaço e dos significados que assume.

Por exemplo, de segunda a sexta-feira, o Negrão de Lima serve de estacionamento, cede espaço para camelôs e, dependendo do trecho, de circulação rápida para pessoas apressadas que se deslocam pelo bairro, convertendo-se em um espaço desprovido de significados. Nesse caso, poderíamos enquadrá-lo como um exemplo do conceito de não lugar, proposto por Marc Augé (2012). Segundo o autor, um não lugar é um espaço que não possui significado suficiente para ser considerado lugar:

O termo “espaço”, em si mesmo, é mais abstrato do que o de “lugar”, por cujo emprego referimo-nos, pelo menos, a um acontecimento (que ocorreu), a um mito (lugar-dito) ou uma história (lugar histórico). Ele se aplica indiferentemente a uma extensão, a uma distância entre duas coisas ou dois pontos (AUGÉ, 2012, p. 77).

É nos fins de semana que o Viaduto Negrão de Lima se transforma em lugar, principalmente aos sábados, quando cede espaço para a Feira das Brechadeiras e para o Baile Charme, uma das mais antigas festas de música de Madureira que mistura referências clássicas do *soul*, *rhythm and blues* (R&B), *jazz* e *hip-hop*. A festa, considerada patrimônio cultural da cidade do Rio de Janeiro desde 2013, completou 30 anos em 2020, consolidando-se como reduto da música negra, sendo referência do gênero em todo o Brasil (MESQUITA, 2020). Dessa forma, o viaduto torna-se um “lugar praticado”, na acepção de Certeau (1994).

Entender a distinção entre espaço e lugar é relevante para perceber que “os lugares e os espaços, os lugares e os não lugares misturam-se, interpenetram-se.

A possibilidade do não lugar nunca está ausente de qualquer lugar que seja. A volta ao lugar é o recurso de quem frequenta os não lugares” (AUGÉ, 2012, p. 98). De acordo com o autor, lugares e não lugares opõem-se, mas também se completam. Um não lugar pode assumir significados e ser capaz de imprimir identidade a um grupo, cujas origens são diversas, sendo a identidade do lugar capaz de congrega todos esses grupos e uni-los.

Tais interferências transformaram o espaço construído (viaduto) em um lugar dotado de simbolismo para seus frequentadores. Para o geógrafo Yi-Fu Tuan (1983), os lugares devem ser experienciados para que se tornem íntimos, cheios de significado, para seus frequentadores:

Os lugares íntimos são tantos quantos as ocasiões em que as pessoas verdadeiramente estabelecem contato. Como são estes lugares? São transitórios e pessoais. Podem ficar gravados no mais profundo da memória e, cada vez que são lembrados, produzem intensa satisfação (TUAN, 1983, p. 156).

Os vários usos do Viaduto Negrão de Lima geram essas identificações e acabam lembrados como eventos dotados de simbolismos, considerados verdadeiros espaços de consumo. É o caso da Feira das Brecholeiras, que também reconfigura a rua, reforçando o imaginário de que eventos realizados ao ar livre transformam o espaço. A feira modifica o viaduto, fazendo com que aquela área se transforme também em um lugar experienciado.

FEIRA DAS BRECHOLEIRAS COMO ESPAÇO DE CONSUMO

A Feira das Brecholeiras é um evento de brechós que comercializa brinquedos, sapatos, artigos para casa, bijuterias confeccionadas pelos expositores e uma infinidade de mercadorias. A maioria é artigo de segunda mão e custa em média R\$ 10. O evento é fruto do empreendedorismo feminino e resultado da mobilização produtiva de dez mulheres criativas para a produção de um serviço: uma feira para desapego de artigos que apenas ocupavam espaço em seus armários. No começo, em 2012, elas se reuniam na estação de trem de Madureira para exercitar o desapego, numa espécie de encontro de comadres. O objetivo era apenas trocar as peças entre si.

O negócio cresceu e, desde 2016, funciona semanalmente, aos sábados, entre 9 e 15 h, embaixo do Negrão de Lima. Até março de 2020, o evento era realizado também na sede da Central Única das Favelas (Cufa), localizada no mesmo local, mas desde julho de 2021 passou a ocorrer somente na Calçada Cultural, na parte externa.

A Feira das Brecholeiras é constituída, na quase totalidade, de mulheres (consumidoras, frequentadoras, administradoras e vendedoras), com idades variadas, segundo informações de Michele Rey⁵, uma das quatro administradoras do evento. A cada edição, a feira reúne entre 60 e 80 brecholeiras⁶, porém esse número varia

5 Conversa informal realizada em 13 de julho de 2019.

6 A palavra *brecholeiras* é uma junção de brechós e sacoleiras.

muito, conforme observado em todas as idas a campo. Em dias de chuva, por exemplo, esse número se reduz bastante. Pelo fato de a feira ser realizada em um lugar aberto, muitas vendedoras acham que não vale a pena expor nesses dias por causa da diminuição do número de frequentadores⁷.

As visitas à feira evidenciaram que as pessoas vão ao evento por vários motivos: jogar conversa fora, trocar confidências com as brecholeiras, olhar as novidades, encontrar amigos e comprar umas coisinhas. Essas idas a campo revelaram ainda que as amizades se formam rapidamente. Foi comum encontrar frequentadoras trocando confidências com brecholeiras que acabaram de conhecer. O espírito era *"de uma grande família"*, conforme impressões de uma frequentadora encontrada em uma visita ao local.

A observação participante evidenciou que o consumo é algo mais complexo do que o atribuir apenas à perspectiva simplista de satisfação de necessidades individuais. Ao contrário, pensar em consumo é relacioná-lo também a sociabilidades e afetos, características presentes nas relações sociais entre as brecholeiras e, sobretudo, entre elas e os consumidores. Tais constatações foram observadas nas várias entrevistas feitas com frequentadoras nas diversas idas a campo, conforme depoimento de uma vendedora ambulante na casa dos 30 anos, assídua frequentadora do evento:

Você chega às vezes pra comprar uma roupa muito desanimada. Você sai com uma roupa e feliz da vida! Elas têm um negócio muito bom, te colocam pra cima. O trabalho delas é muito legal. Eu gosto muito dali. Depois que eu passei a frequentar Madureira, eu passei até a ter mais alegria. Muito legal! (FREQUENTADORA 1, 2020).

Em vários momentos, vimos que a relação de amizade entre as brecholeiras e os frequentadores surge sem que haja interesse imediato no fechamento de uma venda. Deparamos várias vezes com pessoas interessadas em uma mercadoria, mas que não possuíam o valor exato nem por isso voltavam de mãos vazias. A negociação era efetuada em troca de um abraço.

"Dá um abraço aqui, amiga! Agora, sim, pode levar o produto". Essa foi uma frase muito ouvida durante a observação participante, o que denota que, em muitas situações, o afeto se sobrepõe ao interesse comercial, reforçando a sociabilidade como uma característica bem em evidência na feira, que se traduz em outra frase muito ouvida na observação participante realizada no evento: *"Aqui é uma feira de terapia e consumo, porque a gente compra e conversa"*.

Dessa forma, concordamos com Bauman (2008, p. 37) quando afirma que o consumo está para além da satisfação das necessidades:

É uma condição, e um aspecto, permanente e irremovível, sem limites temporais ou históricos; um elemento inseparável da sobrevivência biológica que nós humanos compartilhamos com todos os outros organismos vivos — e com toda certeza é parte permanente e integral de todas as formas de vida conhecidas a partir de narrativas históricas e relatos etnográficos.

⁷ Apesar de cada edição do evento reunir cerca de 60 brecholeiras, há uma lista de espera, que acumulava em outubro de 2021 mais de mil interessados em expor na feira. Em 2018, quando começamos a visitar o evento, eram 500 aspirantes a brecholeiras.

Nessa perspectiva, o consumo é visto como mais complexo e inseparável da sobrevivência humana. Diz respeito principalmente ao conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e o uso dos produtos, desmistificando, portanto, a ideia de que o consumo se limita ao “simples exercício de gostos, caprichos e compras irrefletidas, segundo os julgamentos moralistas, ou atitudes individuais, tal como costumam ser explorados pelas pesquisas de mercado” (CANCLINI, 2008, p. 60).

Por tais justificativas, é praticamente impossível dissociar consumo das relações sociais. Nesse sentido, cabe destacar as contribuições de Rocha (2005). Para ele, o consumo é um fato social que atravessa a vida contemporânea de forma inapelável, pois assume um lugar primordial como estruturador de valores e práticas que regulam as relações sociais, construindo identidades e definindo mapas culturais. Pelo fato de todos o experimentarem em algum momento, falar de consumo acaba despertando opiniões, emoções, julgamentos e críticas.

Nas diversas idas a campo, observamos que o Viaduto Negrão de Lima parece ser o lugar que faz o elo entre as brecholeiras e os frequentadores presentes na feira, que se reconhecem nesse espaço vivido em comum e dotado de emoções e afetos que permitem tal identificação. Sem falar na sensação de se sentirem parte de algo que ultrapassa seu universo mais imediato, remetendo ao conceito de tribo proposto por Maffesoli (2004), cuja característica central é o “fortíssimo sentimento de vinculação que faz com que, num dado momento, qualquer um comungue com um fundo coletivo” (MAFFESOLI, 2004, p. 150).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A observação participante como metodologia se mostrou adequada por favorecer um mergulho na Feira das Brecholeiras. Com base nas ideias de Certeau (1994) e Maffesoli (2000; 2004), pudemos concluir ainda que a feira é um lugar repleto de simbolismos, atravessados por afetividades, que interferem no espaço público da rua, especificamente na dinâmica do Viaduto Negrão de Lima, já que o evento dá outro sentido a ele, evidenciando a transformação de um espaço em um lugar repleto de significados para seus frequentadores e expositores.

A apropriação da Calçada Cultural para a realização do evento destacou ainda o uso criativo — também repleto de afeto — que se faz do espaço público de Madureira. A utilização da parte inferior do viaduto para a feira e para o Baile Charme é uma evidência dessa criatividade, que permite que se experiencie essa parte da cidade de maneiras diferentes, reforçando os postulados de Tuan (1983).

As idas a campo também revelaram que a quantidade de expositores presentes na Feira das Brecholeiras mostrou o evento como um lugar praticamente dominado pelas mulheres, cuja relação com os consumidores transcendia a negociação em torno de uma mercadoria. Em muitos casos, observamos brecholeiras atuando como psicólogas para suas clientes e os abraços sendo usados como moeda de troca em transações comerciais, reforçando o papel do consumo como um fenômeno que não pode ser pensado como algo distante das relações sociais. O consumo, é, portanto, um conceito diretamente relacionado à sociabilidade, e isso se repetiu em todas as idas a campo.

Entender essas metamorfoses do viaduto também nos mostrou, conforme destacado por Augé (2012, p. 98), que “os lugares e os espaços, os lugares e os não lugares misturam-se, interpenetram-se”. E o viaduto é isto: não lugar para quem está de passagem por Madureira, espaço para quem circula e necessita de um local para deixar o carro e prosseguir a pé pelas movimentadas ruas do bairro e lugar para quem frequenta a Feira das Brecholeiras e o Baile Charme.

Essa multiplicidade de usos evidencia as mil faces do Negrão de Lima como um espaço de consumo dos mais movimentados e repletos de simbolismo de Madureira, um bairro para além dos acordes e batuques do samba, reforçando a percepção de que os subúrbios são áreas pulsantes e polissêmicas, que misturam sons, odores e sabores. O Negrão de Lima, assim como outros *points* suburbanos, são lugares praticados e bem distantes das imagens estereotipadas da cidade imaginada veiculadas nos meios midiáticos tradicionais.

REFERÊNCIAS

- ABREU, R. A capital contaminada: a construção da identidade nacional pela negação do “espírito carioca”. In: LOPES, A.H. (org.). **Entre Europa e África: a invenção do carioca**. Rio de Janeiro: Topbooks (Edições Casa de Rui Barbosa), 2000.
- AMOSSY, R.; PIERROT, A.H. **Estereotipos y clichés**. Buenos Aires: Eudeba, 2010.
- AUGÉ, M. **Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2012.
- BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CAIAFA, J. **Aventura das cidades: ensaios e etnográfica**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- CANCLINI, N.G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 7. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- CANEVACCI, M. **A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana**. São Paulo: Studio Nobel, 2004.
- CARDOSO, E.D. Representações e identidade na cidade na primeira metade do século XX – os subúrbios cariocas. **Urbana**, v. 6, n. 2, p. 261-280, ago./dez. 2016. <https://doi.org/10.20396/urbana.v6i2.8635071>
- CAVALCANTI, M.L.V. de C. Conhecer desconhecendo: a etnografia do espiritismo e do carnaval carioca. In: VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (org.). **Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 118-138.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. 1: artes de fazer. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano**. 2: morar, cozinhar. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- EL-KAREH, A. C. Quando os subúrbios eram arrabaldes: um passeio pelo Rio de Janeiro e seus arredores no século XIX. In: OLIVEIRA, M.P.; FERNANDES, N. da N. (org.). **150 anos de subúrbio carioca**. Rio de Janeiro: Lamparina, UFF, 2010. p. 19-56.
- FERNANDES, N. da N. **O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro (1858-1945)**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2015.
- FERNANDEZ, A. C. F.; SANTOS, M. de O. Madureira, capital dos subúrbios (1940-1960): carnaval e comércio na produção de uma comunidade imaginada. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 16, n. 37, p. 11-31, jan./jun. 2015.

A feira e o viaduto: espaços de consumo após a reconfiguração da principal via de acesso a Madureira, Rio de Janeiro (RJ), Brasil

FREQUENTADORA 1. **Frequentadora 1**: entrevista [13 dez. 2020]. Entrevistadora: Jorgiana Melo de Aguiar Brennand. Rio de Janeiro, 2020.

GOIA, M.R. **Mundos urbanos**: el contacto con el "outro" y la producción de la diferencia en la ciudad. 2011. 213f. Tesis (Doctorado em Antropologia Urbana)–Departamento de Antropologia, Filosofia y Trabajo Social, Universitat Rovira i Virgili, Tarragona (Espanha), 2011.

GUIMARÃES, R.S.; DAVIES, F.A. Alegoria e deslocamentos do "subúrbio carioca" nos estudos das Ciências Sociais (1970-2010). **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 457-482, maio/ago. 2018. <https://doi.org/10.1590/2238-38752017v825>

HAESBAERT, R. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

JACOBS, J. **Morte e vida das grandes cidades**. Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LE GOFF, J. **Por amor às cidades**: conversações com Jean Lebrun. Tradução: Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Unesp, 1998.

LINS, A.J.P.S. Subúrbios e periferia: a ferrovia na construção da região metropolitana do Rio de Janeiro. **Revista da FAU/UFRJ**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 16-25, 2010.

MACIEL, L.A. Outras memórias nos subúrbios cariocas: o direito ao passado. In: OLIVEIRA, M.P.; FERNANDES, N. da N. (org.). **150 anos de subúrbio carioca**. Rio de Janeiro: Lamparina e UFF, 2010.

MAFFESOLI, M. **A parte do diabo**: resumo da subversão pós-moderna. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

MAGNANI, J.G.C. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, v. 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832009000200006>

MAIA, J.L. de A.; CHAO, A. R. de T. Madureira e Pelourinho: consumo e representação de comidas típicas em festas populares. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 150-167, jan./abr. 2016. <https://doi.org/10.18568/cmc.v13i36.988>

MESQUITA, C. Baile Charme completa 30 anos no Viaduto de Madureira (RJ). **Brasil de Fato**, Rio de Janeiro, 16 jan. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/16/baile-charme-completa-30-anos-no-viaduto-de-madureira-rj>. Acesso em: 10 jan. 2021.

PESAVENTO, S.J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jan./jun. 2007. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882007000100002>

ROCHA, E. Culpa e prazer: imagens do consumo na cultura de massa. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 123-138, mar. 2005. <https://doi.org/10.18568/cmc.v2i3.29>

SENNETT, R. **Construir e habitar**: ética para uma cidade aberta. Tradução: Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O.G. (org.). **O fenômeno urbano**. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 11-25.

SOARES, M.T.S. Fisionomia e estrutura do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, ano 27, n. 3, p. 329-389, jul./set. 1965. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1965_v27_n3.pdf. Acesso em: 26 jan. 2021.

SOUZA, M.L. de. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E.S. (org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SOUZA, R.M. de. **A confraria da esquina**: o que os homens de verdade falam em torno de uma carne queimando. Rio de Janeiro: Multifoco, 2011.

TUAN, Y.-F. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VELHO, G. **Um antropólogo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

WINKIN, Y. **A nova comunicação**: da teoria ao trabalho de campo. Campinas: Papyrus, 1986.

ZALUAR, A. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. *In*: CARDOSO, R. (org.). **A aventura antropológica**: teoria e prática. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. p. 107-126.

Sobre a autora

Jorgiana Melo de Aguiar Brennand: doutora em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Conflito de interesses: nada a declarar – **Fonte de financiamento**: nenhuma.

